

LEI Nº 616/2018

DATA: 24 de Maio de 2018

SÚMULA: Cria o Fundo Municipal de Educação - FME e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos IV, VII e XXII do artigo 69 da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o disposto na Portaria Conjunta nº 2 de 15 de janeiro de 2018 da Secretaria do Tesouro Nacional e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, faz saber que a Câmara Municipal de São José das Palmeiras aprovou e eu sanciono a seguinte **lei**;

Capítulo I
DOS OBJETIVOS

Art. 1º - Fica instituído o Fundo Municipal de Educação - FME, instrumento de captação e aplicação de recursos, o qual tem como objetivo criar condições financeiras e gerenciais dos recursos destinados à implantação e ao desenvolvimento das ações de Educação executadas ou coordenadas pela Secretaria Municipal de Educação, no atendimento de despesa, total ou parcial com:

I - Execução de projetos, programas e ações voltados ao (a):

a) desenvolvimento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle da educação;

b) investimento na formação continuada de professores e servidores da Secretaria Municipal de Educação;

c) construção, manutenção, aquisição, locação de imóveis que venham a integrar a Rede Municipal de Ensino ou unidades administrativas da Secretaria Municipal de Educação;

d) aquisição de materiais didáticos e equipamentos para melhoria do ensino;

e) aquisição de uniformes para atendimento aos estudantes da rede municipal de ensino;

f) provimento de alimentação e transporte escolar.

II - Pagamento de vencimentos e gratificações aos Professores e ao Grupo Ocupacional de Apoio Administrativo ao Magistério.

III - Aquisição, desenvolvimento, criação e aplicação de novas tecnologias e metodologias voltadas ao ensino e à modernização da gestão da educação.

IV - Melhoria tecnológica na área de administração de recursos humanos ligados à área da educação.

V - Prestação de serviços de terceiros na elaboração ou execução de projetos específicos na área de educação.

Capítulo II DA ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO

SEÇÃO I DAS ATRIBUIÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - São atribuições do Fundo Municipal de Educação:

I - estabelecer políticas de aplicação dos seus recursos e exercer o controle da execução orçamentário-financeira;

II - acompanhar, avaliar e decidir sobre as ações previstas no Plano Municipal de Educação;

III - manter os controles necessários à execução orçamentária dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Educação, referente a empenhos, liquidação, pagamento das despesas e recebimento das receitas;

IV - prestar contas, no prazo legal, da aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Educação;

V - firmar convênios, contratos e parcerias referentes a recursos geridos pelo Fundo Municipal de Educação;

VI - coordenar e controlar os convênios e contratos relacionados às ações e serviços realizados com recursos do Fundo Municipal de Educação;

VII - gerenciar os bens patrimoniais adquiridos com recursos do Fundo Municipal de Educação.

SEÇÃO II DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 3º - Fica instituído o Conselho Diretor do Fundo Municipal de Educação, composto por cinco (5) membros, sendo Presidente o Secretário Municipal de Educação, dois (2) membros indicados pelo Chefe do Poder Executivo preferencialmente dentre os que compõem a Secretaria Municipal de Educação, funcionando um deles como Vice-Presidente e dois (2) membros indicados anualmente pelos Diretores das Escolas Municipais dentre seus professores.

§ 1º O Presidente do Conselho será substituído pelo Vice-Presidente em caso de ausência ou impedimento.

§ 2º As reuniões do Conselho Diretor serão realizadas a qualquer tempo, por convocação do seu Presidente e ocorrerão com qualquer quórum.

§ 3º As decisões do Conselho Diretor de que trata o caput deste artigo serão tomadas pela maioria simples dos seus membros, cabendo ao Presidente a decisão final em caso de empate.

§ 4º O Conselho Diretor contará com um secretário administrativo, designado pelo Presidente, dentre os servidores da Prefeitura Municipal de São José das Palmeiras.

§ 5º A função de membro e de secretário administrativo do Conselho Diretor é considerada de interesse público relevante e não é remunerada.

SEÇÃO III

DAS ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DIRETOR DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 4º - Compete ao Conselho Diretor do Fundo Municipal de Educação:

I - definir as normas operacionais do Fundo;

II - estabelecer critérios e prioridades para aplicação dos recursos;

III - alocar recursos em projetos e programas, guardando observância à viabilidade econômico-financeira e ao Plano Municipal de Educação;

IV - acompanhar, avaliar e fiscalizar a aplicação dos recursos referentes às ações e serviços financiados pelo Fundo, sem prejuízo do controle interno e externo exercido pelos órgãos competentes;

V - manter atualizados e organizados os demonstrativos de contabilidade e de escrituração fiscal;

VI - manter arquivo com informações e toda a documentação relativa aos programas e projetos desenvolvidos com recursos do Fundo.

VII - deliberar sobre a proposta anual de orçamento do Fundo Municipal de Educação e submetê-la ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

VIII – dar cumprimento ao disposto na Portaria Conjunta nº 2, de 15 de janeiro de 2018 da Secretaria do Tesouro Nacional e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, ou de outra que lhe suceda.

Capítulo III

DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEÇÃO I

DOS RECURSOS FINANCEIROS

Art. 5º - Constituem receitas do Fundo Municipal de Educação:

I - As transferências oriundas do disposto no art. 212 da Constituição Federal, que exige aplicação de 25% das receitas resultantes dos impostos e transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino;

II - As transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE;

III - As transferências do Fundo de desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB, ou outro que o venha substituir.

IV - Dotações orçamentárias que lhe forem destinadas pelo Tesouro do Município;

V - Recursos provenientes de convênios firmados pela Secretaria Municipal de Educação com outras entidades.

Parágrafo Único - Os recursos do Fundo Municipal de Educação serão obrigatoriamente depositados no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, em conta bancária do Fundo Municipal de Educação, sem prejuízo da abertura de conta específica para atendimento à Portaria Conjunta nº 2 de 15 de janeiro de 2018, ou de outra que lhe suceda.

SEÇÃO II DO ORÇAMENTO E DA CONTABILIDADE

Art. 6º - O orçamento do Fundo Municipal de Educação integrará o orçamento do Governo Municipal, em obediência ao princípio da unidade.

Art. 7º - O orçamento do Fundo observará, na sua elaboração e execução, os padrões e as normas estabelecidas na legislação pertinente.

Art. 8º - O Fundo Municipal de Educação terá prestação de contas própria, que obedecerá às normas da contabilidade do Município e da Portaria Conjunta nº 2 de 15 de janeiro de 2018 ou de outra que lhe suceda.

§ 1º A contabilidade emitirá relatórios mensais de gestão, entendidos como balancetes de receita e de despesa do Fundo Municipal de Educação e relação dos pagamentos efetuados com recursos do Fundo.

§ 2º As demonstrações e os relatórios gerados pela contabilidade do Fundo Municipal de Educação passarão a integrar a contabilidade geral do Município.

Capítulo IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º - O Fundo Municipal de Educação terá vigência ilimitada.

Art. 10º - O Secretário Municipal de Educação editará os atos necessários ao cumprimento às disposições contidas nesta Lei.

Art. 11º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, mediante Decreto.

Art. 12º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, aos vinte e quatro dias do mês de Maio de 2018.

GILBERTO FERNANDES SALVADOR

Prefeito Municipal